

## 1. Identificação da Reunião

Data da Reunião	Horário	Local	Secretariada por
29/06/2022	14h30min	Sala virtual de reuniões	Flávia Miranda Falcão

## 2. Classificação da reunião:

Reunião do “Comitê Gestor Regional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição do TRE-RS” (Resoluções CNJ n. 194/2014 e 195/2014), voltada à gestão e implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição.

## 3. Participantes

Lotação	Servidor	Fone	E-mail: @tre-rs.jus.br
Corregedora	Desembargadora Vanderlei Teresinha Tremeia Kubiak	9337	vanderleikubiak
SCRE	Rafael Gonçalves Nunes	9337	rafaelnunes
CREGAB	Márcia Monteggia	9302	marciamonteggia
ASPRES	Flávia Miranda Falcão	9240	flaviafalcao
21ª Zona Eleitoral	Sandro Saralegui Ferrari	8021	sandroferrari
61ª Zona Eleitoral	Alexandre Zilles Bohrer	8061	alexandrebohrer
SAI/COAPE	Cristiano Santiago de Aguiar	9303	cristianoaguiar
90ª Zona Eleitoral	Daniela Rodrigues Rezende Kiraly	8090	danielarezende

## 4. Pauta:

Assunto	Responsável	Descrição
1. Abertura dos Trabalhos	Desembargadora Vanderlei Kubiak	Cumprimenta a todos os presentes e sugere que, como esta, as próximas reuniões do Comitê tenham a participação de todos os membros, titulares e suplentes. Propõe que todos se apresentem e digam suas expectativas quanto ao trabalho do Comitê, o que é feito a seguir. Afirma que o foco será colher as demandas mais urgentes dos Cartórios, mas abre a palavra para que todos possam contribuir.
2. Aumento do número de colegas dos cartórios eleitorais no Comitê e identificação das demandas mais urgentes	Sandro Saralegui Ferrari; Alexandre Zilles Bohrer e Daniela Rezende Kiraly	Aprovaram a iniciativa de incluir os integrantes suplentes nas reuniões do Comitê e levantaram as seguintes demandas como mais urgentes: 1 – Reedição da campanha para

mesários voluntários a exemplo daquela realizada na eleição passada, em que os próprios voluntários deram depoimentos e ressaltaram a importância e satisfação com o trabalho nas eleições;

2 – Necessidade de destaque ao Portal do Mesário na página inicial do TRE-RS, para facilitar o acesso, assim como quanto aos demais serviços disponibilizados pelo TRE-RS;

3 – Aumento da segurança nos Cartórios Eleitorais e Locais de Votação/Apuração por ocasião do pleito;

4 – Melhora na gestão de processos judiciais: foi apontada a necessidade de dar movimentação aos processos a cada 30 dias, mesmo que estejam aguardando algum andamento que não dependa do cartório;

5 – Necessidade de melhora no apoio administrativo aos cartórios por parte do Tribunal, pois o servidor do 1º grau atualmente precisa cuidar de aspectos para os quais não tem necessariamente capacitação, como desenhar o leiaute dos ambientes;

6 – Melhora na comunicação: exemplificativamente, quanto à informação sobre a retomada da coleta dos dados biométricos, seja em atendimentos ordinários ou em revisões de comparecimento obrigatório;

7 – Campanhas de esclarecimento ao eleitor para que não erre na digitação dos números na urna, na hora de votar: sugeriu-se que o TRE divulgue os erros mais comuns dos eleitores. A colega Daniela ressaltou que a campanha de 2020 foi eficaz porque as falas eram simples e diretas, narradas pelos mesários, os quais estão mais próximos do eleitor;

8 – Daniela apontou dificuldade no cumprimento dos mandados judiciais distribuídos aos oficiais de justiça. Relatou que tem cartas de ordem distribuídas em 10 de março que ainda não foram cumpridas na 90ª ZE

		<p>porque os mandados seguem nas centrais. Informou que os oficiais de justiça afirmam que só cumprirão depois de pagos, controvérsia que também atrasa o andamento dos processos.</p> <p>9 – Sandro frisou que a atualização de dados dos partidos, no sistema SGIP, cuja gestão em nível regional é da Secretaria Judiciária, está precária, o que dificulta o envio das comunicações necessárias aos interessados nos feitos.</p> <p>10 – Alexandre destacou a necessidade de recomendar aos juízes eleitorais o acesso aos processos judiciais diretamente no sistema, a para que os processos fiquem em dia.</p>
3. Levantamento dos locais com necessidades estruturais mais críticas.	Desembargadora Vanderlei Kubiak	<p>Necessidade de levantamento das necessidades cartorárias mais urgentes com relação à estrutura física, o que pode ser diligenciado pelo conselho dos representantes dos cartórios - CRECE. Solicitou que os membros do Comitê apresentem alternativas à necessidade de impulsionar processos no sistema PJe a cada 30 dias para que os cartórios não desperdicem trabalho. Para o encontro de chefes de cartórios que ocorrerá em 11 de julho, também convidou os representantes dos cartórios presentes a contribuir com sugestões.</p>
4. Atividades jurisdicionais x Atividades administrativas nos cartórios.	Cristiano Santiago de Aguiar	<p>Ressaltou que o desafio é partilhado por todos os setores do Tribunal. Exemplificou com a escolha de não receber estagiário neste momento para não precisar dispersar, em trabalho administrativo de orientação e avaliação de estágio, tempo e esforço dos servidores da COAPE, que serão direcionados à orientação de colegas, candidatos e partidos, além da própria análise de contas. Explicou que praticamente foi uma imposição das necessidades do momento, pois dia 30/06 foi o último dia para que partidos apresentassem contas referentes ao exercício de 2021. Previu que, no período de</p>

		preparação do 2º turno das eleições 2022, em todo Estado, cerca de 6300 PCs eleitorais dos diretórios municipais dos partidos serão entregues nos cartórios, trabalho que se somará ao que o pleito já exige. Além disso, recordou que há 2000 contas, referentes às eleições de 2020, que ainda pendem de julgamento.
5. Demandas altas x falta de servidores.	Rafael Gonçalves Nunes	<p>Outro problema partilhado por todos os setores do Tribunal e do 1º grau. Esclareceu que compete à SCRE acompanhar permanentemente o andamento dos processos judiciais nas ZEs. Informou que a SCRE, diante da problemática referente ao auxílio aos cartórios quanto à tramitação processual, tem planos para auxiliar as serventias e juízos eleitorais, como a abertura de centrais de cumprimento a distância, espelhadas na atuação da Corregedoria Geral de Justiça do TJRS, mediante auxílio remoto aos cartórios.</p> <p>Alexandre comentou que a requisição de servidores de outros órgãos deveria ser cuidada pelo Tribunal e não pelos cartórios, os quais precisam resolver toda requisição sozinhos para que o Tribunal somente homologue e comunique o órgão requisitado. Daniela lembrou que também há os processos de omissão nas prestações de contas e que o SPCE poderia já possibilitar a juntada das procurações nas PCs.</p>
6. Encerramento.	Desembargadora Vanderlei Kubiak	Pedi a todos que pensem soluções para os problemas apresentados e as manifestem no grupo para que sejam discutidas na próxima reunião.
7. Próxima Reunião	<b>Dia 29.07.2022, às 14 horas e 30 minutos.</b>	